UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

VALÉRIA BARBOSA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**PARALISIA CEREBRAL E AFETIVIDADE**

RIO DE JANEIRO

2015

VALÉRIA BARBOSA RODRIGUES DE OLIVEIRA

PARALISIA CEREBRAL E AFETIVIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado à Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito final para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, realizado sob orientação da professora Drª Lúcia Maria de Freitas Perez.

RIO DE JANEIRO

2015

Dedico este estudo à pessoa mais que importante para esta minha vitória: meu irmão Edilson. Ele me inspirou em cada etapa do meu aprendizado, fazendo-me voltar o olhar para a valorização de todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas ou mentais. Possibilitou-me, ressignificar o modo de entender o ensino-aprendizado, e por causa de suas necessidades especiais, dediquei-me a pesquisas que me levaram ao aprimoramento das práticas pedagógicas que poderiam proporcionar-lhe uma melhor condição de vida, no sentido de fazê-lo sentir-se incluído, inserido nas atividades sociais mais valorizadas, como o letramento.

**AGRADECIMENTOS**

* Agradeço em primeiro lugar, a Deus por sempre me mostrar o caminho e caminhar comigo.
* A UNIRIO, por me acolher com todo o corpo docente, especialmente à professora Lúcia Maria de Freitas Perez, que me deu todo o suporte na crítica dos conhecimentos necessários e para a construção deste TCC.
* Também dedico a toda a minha família, especialmente ao meu marido, que me incentivou bastante, não medindo esforços para ajudar e não permitindo que eu desistisse de alcançar meus objetivos.

*“Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos,*

*se não tiver amor,*

 *sou como o bronze que soa*

*ou como o címbalo que retine.”*

 ***I Cor 13,1***

VALÉRIA BARBOSA RODRIGUES DE OLIVEIRA. **PARALISIA CEREBRAL E AFETIVIDADE.** Brasil, 2015, XX f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Escola de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

**RESUMO**

Indo além dos estudos das concepções sobre o trabalho pedagógico possível nos casos de paralisia física e mental, este estudo busca provocar reflexões acerca dos discursos e atitudes relacionadas às diferenças. Objetiva despertar no educador a importância do desenvolvimento de um olhar sensível para as subjetividades, em especial, no que diz respeito ao tempo e ao modo particular que cada indivíduo leva para aprender. Parte do princípio de que a afetividade faz toda a diferença no agir pedagógico, reconhecendo nela a janela que permite enxergar o sujeito com suas capacidades e não suas deficiências. A articulação entre suas vivências e as contribuições dos estudiosos do campo, permitiu a autora relacionar os discursos que permeiam os espaços escolares e suas concepções inclusivas.

**Palavras-chave:** Afetividade – inclusão – paralisia cerebral

**ABSTRACT**

Going beyond the studies of conceptions about the pedagogical work possible in the case of physical and mental paralysis, this study seeks for reflection about the speeches and attitudes related to the differences. The point is to wake up in the educator the importance of the development of a sensible look to the subjectivities, in special, what is about the time and the particular way that each individue takes to learn. It starts from the way that the affection makes all the difference in the pedagogical act, recognizing in it the window that allows to see the person with his capacities and not his disabilities. The link between his experiences and the contribution of the academics in the field, allowed the writer relate the speeches that are in the scholar environment and its inclusive conceptions.

**Keywords**: Affection - Inclusion - Cerebral paralysis

**SUMÁRIO**

**1 UM BREVE PREÂMBULO** 7

**2 INTRODUÇÃO** 8

**3 DIALOGANDO COM REFERENCIAIS TEÓRICOS** 10

**3.1 O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO PROCESSO DA INCLUSÃO** 10

**3.2 DOCUMENTO DE SALAMANCA** 11

**4 CONHECENDO O CAMPO DE PESQUISA: O CHÃO DA ESCOLA – O ESTÁGIO DE MEDIAÇÃO, COMO EXPERIÊNCIA FORMADORA** 13

**4.1 PESQUISAS E EXEMPLOS DE ATIVIDADES COM PC** 15

**5 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DA INCLUSÃO**

**ESCOLAR E SOCIAL** 18

**5.1 DESAFIOS DO PROFESSOR NO CONTEXTO DA INCLUSÃO** 19

**5.2 PROJETO “DÊ AMOR A UMA CRIANÇA ESPECIAL”**  21

**6 A (AUTO) BIOGRAFIA: VIVENDO PARA CONHECER;**

**APRENDENDO PARA MODIFICAR** 23

**7 “DEFICIÊNCIAS” – POEMA DE RENATA VILELA** 24

**8 CONSIDERAÇÕES FINAIS** 25

 **REFERÊNCIAS** 27

**1 UM BREVE PREÂMBULO**

Inicio minhas considerações “fazendo um parênteses”, que considero extremamente relevante. Debati-me muito na escolha do tema sobre o qual iria dissertar, pois desde o início de minha caminhada acadêmica, gostaria de expressar a importância de falar em Deus nas escolas, por entender que ao ser humano, não é suficiente ministrar disciplinas que tratem apenas de uma formação para o mundo do trabalho e sim para a vida, em uma formação que contemple o ser humano por inteiro. Percebo que no medo de discriminar algumas religiões, a escola prefere calar-se, ao invés de dialogar sobre todas as formas de prestar culto a uma realidade transcendente à nossa. Por atuar como catequista, que de certa forma exerce o papel de um professor, não como um pedagogo e sim como um mistagogo, que também recebe para os encontros de preparação aos sacramentos pessoas com necessidades especiais, aos quais, denominamos Catequese Especial, precisamos, tal qual no mundo acadêmico, estar em uma preparação continuada para atender de maneira mais humana e eficaz todas as pessoas com suas diferenças. Deixei-me seduzir, assim, pelo caminho da pedagogia que entrou com força em minha vida... Lidando com crianças, buscando melhorar nas minhas funções para desconstruir muitas vezes, as críticas preconceituosas, já que acima de tudo, eu queria aprender a ensinar!

No decorrer do meu processo formativo, no entanto, minha fé só aumentou e percebi que seria mais útil para mim e para o mundo escolar, colocar em prática a minha crença, traduzindo em ações concretas, o Amor recebido de Deus.

**2 INTRODUÇÃO**

 A partir do convívio com um irmão cadeirante e com paralisia cerebral, senti-me compelida a teorizar sobre essa marcante experiência e a escolha do tema se deu devido a enorme admiração por esta pessoa tão especial em minha vida. Ao iniciar minhas pesquisas, senti o peso da abordagem de tão complexo estudo, porém, organizando as ideias e ressignificando tudo o que li e vivenciei sobre o tema da paralisia cerebral e afetividade, percebi que o que me incomodava e desafiava, era a tal da inclusão escolar e social de pessoas com necessidades especiais e como, de fato, na prática, esse acolhimento acontece ou não.

 Observando, bem de perto, toda a trajetória de meu irmão, um rapaz paralisado cerebral e com um significativo comprometimento motor, percebo o quanto é inteligente, intuitivo, perspicaz e atento a coisas que, às vezes, para nós, passam desapercebidas. Constato com tristeza que ele poderia ter desenvolvido muito mais o seu potencial humano, porém por conta da falta de recursos, de infraestrutura e de incentivo por parte das políticas públicas da época, foi dificultado o avanço de uma pessoa tão aberta à vida. Pelo jeito alegre, falante, meigo, educado do meu irmão, que encontrou muitas vezes, pessoas de difícil trato e com grandes preconceitos e desamor, desde cedo percebi a importância do olhar sensível de profissionais voltados ao trabalho para com estas pessoas excepcionais que, através da afetividade, são capazes de dar respostas inacreditáveis diante dos maiores desafios da vida. Ensinando-nos que a resiliência é a força movedora desses guerreiros.

 Desde criança acompanho a peregrinação de meus pais, especialmente, minha mãe que, apesar de não alfabetizada, dedicou-se em um tremendo esforço, a buscar melhorias de condições de vida para que seu filho pudesse ter um mínimo de autonomia. Através de indicação médica chegamos ao Instituto Véras, denominado à época, Centro de Reabilitação Nossa Senhora da Glória, o qual também atendia a pessoas carentes, mediante convênio com o governo. Atualmente, escuto algumas críticas sobre a metodologia aplicada nesta instituição para a obtenção do desenvolvimento em vários segmentos, contudo, me vejo obrigada a discordar de tais opiniões e até dizer que sou muito grata ao tratamento recebido por meu irmão. Pude acompanhar e fazer parte de cada vitória alcançada por ele. Desenvolveu-se bastante fisicamente e me arrisco a dizer que, se não fosse o fato das dificuldades encontradas com o acesso para chegar até a instituição, meu irmão teria, ao menos, conseguido manter-se de pé com a ajuda de muletas. Os trabalhos lá realizados estimulavam os sentidos do tato, visão, audição, paladar e olfato. Também havia o trabalho com a respiração e, durante as horas, do dia que passávamos ali, percebíamos o progresso na psicomotricidade. Porém, o tempo mostrou que só isso não era suficiente, porque neste local não havia lugar para a diversidade e para a inclusão. Todos eram “excepcionais”, “mongolóides”, “portadores de deficiências”, e assim rotulados com estes títulos, deveriam conviver com os iguais, não sendo promovida a troca de experiências, a interação que amplia os conhecimentos. A zona de desenvolvimento proximal tão defendida por Vygotsky (1995), na obra de Maria Teresa Rego: “Uma Perspectiva Histórico Cultural da Educação”, o conviver com alguém que sabe algo que eu não sei permite ao indivíduo a aquisição da cultura do outro ao mesmo tempo que expressa a sua, num movimento de construção de identidade, o que naquele contexto era ignorada.

O menino foi crescendo e tornando-se um adolescente forte e minha mãe não teve mais forças para carregá-lo de ônibus, pois, além do porte físico daquele jovem, também tinha o peso monetário. Nenhum benefício era obtido naquela época. Até grosseria do trocador do ônibus tivemos que ouvir, quando por ocasião de sentir-se já exausta, minha mãe solicitou que fosse rodada a catraca e deixando-nos entrar e sair pela porta de trás. Meu irmão estava bastante pesado e comprido, mas aquele senhor, tão insensível e indiferente, respondeu que ele teria que passar pela roleta. Então, disse minha mãe, sentando meu irmão na caixa do trocador: “Passe você mesmo, porque eu estou sem forças!”. Ele levantou-se e com muita dificuldade, passou com meu irmão. Trago na memória, até hoje, este fato que me deixou indignada com o desamor e a falta de sensibilidade de algumas pessoas que não conseguem se imaginar no lugar do outro. Felizmente, atualmente, já foram conquistados muitos direitos e, com eles, a dignidade de saber que são merecidos e justos benefícios e não favores recebidos.

Este é apenas um exemplo de como cheguei a este tema. O fato de amar e conhecer tão bem o meu irmão, me desperta para olhar o outro, que aparentemente precisa de nossa ajuda, com a mesma atenção, sensibilidade e respeito. Na verdade, a gratificação que recebemos é infinitamente superior ao trabalho que dedicamos, pois, a cada vitória, a cada superação de um limite, somos nós mesmos que alcançamos o objetivo de realizar com sucesso aquilo a que nos propomos.

 Pouco pude ajudar ao meu irmão, no sentido pedagógico, porque não dispunha, à época, de conhecimentos que me ajudassem a buscar os recursos para o seu desenvolvimento cognitivo. Restringe-me a cuidar dele em sua higiene e alimentação e alguns momentos de lazer, mas procurando fazer sempre com muita dedicação em cada gesto que tenho para com ele.

**3 DIALOGANDO COM OS REFERENCIAIS TEÓRICOS**

Buscando investigar como se dá o processo de aprendizagem de pessoas com necessidades especiais, principalmente os que têm paralisia cerebral e que, por conta disso, podem ter outros comprometimentos físicos, tais como cegueira, surdez, enfim, problemas motores além da defasagem cognitiva, procurei dialogar com autores de pesquisas que se interessaram pela temática. Aliada ao tema da paralisia cerebral, acrescentei a afetividade, pois acredito que para obtenção de bons resultados, se faz necessário um mediador atento, conhecedor dos conceitos básicos, sobretudo comprometido com paixão, com o sujeito, objeto de suas práticas.

 Nessa direção, encontrei o trabalho: “A relação afeto, cognição e práticas pedagógicas” de uma pesquisa da ANPED, de Elvira Cristina Martins Tassoni, da PUC de Campinas e Sérgio Antônio da Silva Leite, da UNICAMP, alguma ideia de como trabalhar esta questão de desenvolvimento cognitivo, social, a partir da interação, tendo por princípio que a postura do professor influencia muito na aprendizagem dos alunos em diferentes séries.

* 1. **AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO PROCESSO DA INCLUSÃO**

O movimento mundial em prol da inclusão é um ato político, cultural, social e pedagógico que intenta defender o direito de todos os alunos aprenderem e participarem juntos sem discriminação. A educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. Nesta perspectiva, o Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

O Plano Nacional de Educação estabelecido pela lei 10172, de 9 de janeiro de 2001, reafirma o artigo 208 da Constituição, que prevê a educação de alunos especiais deva ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. O capítulo VIII deste documento é exclusivamente dedicado à Educação Especial, reforçando a necessidade de se resguardar os serviços de apoio a esses educandos e propondo como possibilidades para as classes comuns, as salas de recursos, sala especial e escola especial. Assegura também no artigo 27, a continuidade do apoio técnico e financeiro às instituições privadas sem fins lucrativos com atuação exclusiva em Educação Especial que realizem atendimento de qualidade atestada em avaliação conduzida pelo sistema de ensino.

O Conselho Nacional de Educação através da Resolução CNE/CEB, de 11 de fevereiro de 2001, propõe as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades da Educação Infantil, Fundamental e Médio. Nestas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial define-se Educação Especial como modalidade da educação escolar e este processo educacional é concebido em uma proposta pedagógica, que assegura um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e em, alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover desenvolvimento das potencialidades dos educando especiais.

 A Política Nacional de Educação Especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais orientando os sistemas de ensino acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino,oferta do atendimento educacional especializado, formação de professores para o atendimento educacional especializado e acessibilidade.

* 1. **DOCUMENTO DE SALAMANCA**

A Declaração de Salamanca é um documento que nasceu durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: “Acesso e Qualidade”, realizada em Salamanca, na Espanha, em 1994, na qual também o Brasil também se fez presente. A partir desse documento, o país assumiu o compromisso de que, até o ano de 2015, garantirá o acesso de todas as crianças ao ensino fundamental, de forma gratuita e obrigatória. Nesse contexto, se inserem, pois, as crianças, jovens e adultos, com necessidades educativas especiais nas classes regulares de ensino.

O documento é taxativo ao afirmar em um de seus parágrafos, que as escolas devem se “adequar através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades”, isso porque a delegação da Conferência Mundial de Educação Especial deixou claro, no documento, que as escolas regulares, ao trilhar nesta direção, constituem os meios capazes para combater as atitudes discriminatórias.

Os pressupostos da Declaração de Salamanca começaram a ser postos em prática, no Brasil, através da nova lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Desde então, as escolas regulares tem recebido em suas salas de aula, além dos alunos e alunas considerados “normais”, também aqueles com algum tipo de deficiência.

**4.** **CONHECENDO O CAMPO DE PESQUISA: O CHÃO DA ESCOLA- O ESTÁGIO DE MEDIAÇÃO, COMO EXPERIÊNCIA FORMADORA.**

Fiquei encantada com a Universidade, este espaço onde nos deparamos com tantos saberes, mas o que me impulsiona é perceber que muito tem sido pensado e feito na área da Educação Especial e passo também, fazer parte desse grupo, que vê nas diferenças, uma oportunidade de crescimento.

Através de um convênio entre a 2ª CRE - Coordenadoria Regional de Educação e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro atuei em um estágio remunerado de mediação, acompanhando uma criança com necessidades especiais na classe da alfabetização, na Escola Municipal Minas Gerais, no bairro da Urca. Esta experiência foi muito rica, possibilitando a comparação entre as teorias de inclusão e as práticas educativas, pois apesar da boa vontade de toda a comunidade escolar, os profissionais se encontram com dificuldades para ajudar tais crianças no processo ensino aprendizagem que abrange muitas questões em um ambiente, que por si só, é tão diversificado e com grande quantidade de alunos por turma. No caso da criança que acompanhei enquanto mediadora o mais importante era promover a socialização e a interação com seus pares, por se tratar do primeiro ano do ensino fundamental, já que a criança tinha acabado de chegar da Educação Infantil de outra escola próxima. Houve muita participação de toda a escola procurando um envolvimento para que ele alcançasse independência possível para as atividades cotidianas, sobretudo de higiene e alimentação.

Para fundamentar o meu trabalho procurei dialogar com pesquisadores e teóricos de metodologias que envolvam adaptação curricular possível na inclusão de tais pessoas, visando o seu desenvolvimento pleno, respeitando sua individualidade, objetivando promover a socialização, integração e aquisição de novos saberes por meio de um olhar atencioso e amoroso do educador em relação à promoção de maior autonomia no que diz respeito a autoestima e ao processo de construção de identidades.

 Vi, nesse estágio, uma excelente oportunidade de aprendizado e como este era remunerado acreditava estar unindo o útil ao agradável. Mas nem tudo era tão perfeito quanto imaginei; eu deveria acompanhar um menininho de 6 anos de idade diagnosticado como autista. Minha missão era a de socializar esta criança visando à possibilidade dele interagir com seus pares e adquirir autonomia, para que no futuro, pudesse ocupar seu espaço sem a necessidade de um mediador. Como foi enriquecedora para mim esta experiência! Em minha mente vivi e revivi vários sentimentos. Percebi o quão distante da realidade destas crianças a escola está! E pensava: “\_ Como eu, no início de minha formação acadêmica, posso auxiliar nesta classe com 28 alunos e um aluno incluído pelo direito, mas, não de fato?” Muitas inquietações e questões surgiam em meus pensamentos e a principal pergunta era:\_ “como colocam uma pessoa iniciante para exercer tão grande tarefa?” Seria porque era um fato relativamente fácil de lidar, ou seria pela falta de informação, formação e, sobretudo, pela falta de interesse no desenvolvimento cognitivo desses alunos? Durante os seis meses em que vivenciei o chão da escola, compreendi a dificuldade de todo o corpo escolar em receber com competência, as inclusões solicitadas. Em minha opinião, chega a ser desumano cobrar que um professor de uma sala de aula tão numerosa, consiga dar conta de promover para todas as crianças uma maneira de avançar pedagogicamente. Nenhum ser humano é igual ao outro. Todos precisam de acolhimento e atenção e, por isso os profissionais, além de formação continuada, precisam ter amor ao que fazem, objetivando promover o desenvolvimento, a autonomia para a vida de seu alunado. Mas sabemos que só a atenção não é suficiente para que a criança avance. Para tal missão o professor precisaria ser melhor reconhecido e valorizado e que trabalhassem em regime de dedicação exclusiva. Infelizmente, nossos professores precisam manter uma dupla ou até tripla jornada de trabalho para sobreviver com dignidade.

Senti grande dificuldade! A princípio me angustiava de não saber o que fazer para contribuir com o seu desenvolvimento cognitivo. Tive ajuda de outra professora do AEE – Atendimento Educacional Especializado, do Instituto Helena Antipoff, que monitora e acompanha o trabalho dos estagiários, através de palestras ministradas duas vezes por ano. Tais crianças incluídas são encaminhadas para a sala de recursos, que acontece no contra turno do horário escolar e tem o objetivo de auxiliar nas práticas educativas e de concentração através de encontros mais individualizados.

 Ao mesmo tempo em que a prática nesse estágio motivava, representando um impulso na minha formação, também, muitas vezes, senti imensa vontade de desistir, tamanha era a minha inexperiência. Aos poucos, fomos conseguindo que meu aluno ficasse mais tempo dentro da sala de aula. E, ao final do período, já estava quase que totalmente à vontade com seus pares. Este estágio me proporcionou pesquisar as teorias pedagógicas, dialogando com seus pensadores através da observação das práticas cotidianas no chão da escola.

**4.1** **PESQUISAS E SUGESTÕES DE ATIVIDADES COM PC[[1]](#footnote-2)**

 As pesquisas revelam que a organização do ambiente e a adaptação dos recursos materiais como: letras móveis, tablet para comunicação alternativa contendo figuras de expressões faciais, diversidades de alimentos e bebida, e, especialmente, após cativar este sujeito, ensinando-o a apontar, mesmo que seja com o olhar, contribuindo para que se comuniquem e interajam, são elementos decisivos para que os professores tenham bom êxito.

 O uso de recursos diferentes do convencional, também é uma boa técnica. Lopes (2005) descreveu uma investigação numa oficina de fotografia com atividade facilitadora dos processos de construção do conhecimento, da interação, de produção artística e da construção da subjetividade. Este episódio demonstra como as parcerias são importantes na inclusão, evidenciado, sobretudo, nas artes, que são fontes atrativas para o desenvolvimento psicomotor, em que a ludicidade e dinamismo permitem ao educando com paralisia cerebral manifestar formas de comunicação através da expressão corporal, em que os movimentos possibilitam alegria na interação a partir dos estímulos recebidos, sejam pela visão, audição ou pelo tato. Todo recurso é válido para favorecer a inclusão social e o avanço no processo de aprendizagem, do ponto de vista teórico, destacam-se as teorias de Paulo Freire que nos inspira a olhar qualquer aluno com respeito, valorizando o que ele já tem de conhecimento social e reconhecendo mesmo quando este não consiga expressar-se de forma clara, isso não significa que não saiba nada.

 Os estudos desenvolvidos por e a partir dos trabalhos de Freire e Vygotsky vêm de encontro ao que espero, e destacam a mediação como fator imprescindível no processo de aprendizagem, a partir do uso de instrumentos e signos como facilitação da relação entre indivíduos e deles com o mundo.

 Vygotsky nos ensina que “o bom ensino é aquele que se adianta ao desenvolvimento e conduz à frente” (1987). Portanto, é preciso que o professor do aluno com deficiência constate o que já foi adquirido na aprendizagem do aluno como parte do processo de ensino, como ponto de partida para novas situações que precisam ser mediadas, conduzindo a novos níveis de desenvolvimento. Quanto mais aprendo, mais me desenvolvo e, quanto mais me desenvolvo mais aprendo. Nessa perspectiva, a escola assume papel relevante, na formação da criança, servindo como alicerce para futuras aprendizagens.

Os trabalhos desses estudiosos me auxiliam na investigação de caminhos que ajudem a refletir sobre as práticas pedagógicas e a conscientizar os profissionais de sua importância, trabalhando em parcerias com especialistas na área da saúde, da educação especial, e com toda a comunidade escolar, alcançando maior êxito na verdadeira inclusão por meio do vínculo afetivo, favorecendo em seus alunos especiais a aquisição de maior autonomia, mesmo em meio às suas deficiências mentais e físicas.

Geralmente pessoas com paralisia cerebral são intuitivas e entendem com os olhos do coração, ou seja, a linguagem do amor. Têm potencialidades, necessitando apenas de ajuda para desenvolvê-las. São capazes de cumprir tarefas, desde que ensinadas e propostas de maneira correta, precisam de integração, querem ser aceitos e amados. Sabemos que a deficiência não é uma doença e sim uma condição, portanto, é algo com que a sociedade precisa aprender a lidar e não ignorar. Nesses sujeitos a aprendizagem se faz de forma lenta, gradual e progressiva. Seu pensamento é concreto e sua idade mental é diferente da cronológica, seu raciocínio não acompanha o das outras pessoas da mesma faixa etária, mas seus interesses são os mesmos. Em minhas vivências durante o período do estágio, percebi que algumas atividades eram bem acolhidas por todo o público escolar, e que até as crianças denominadas ”normais” se utilizavam dos materiais pedagógicos criados ou adquiridos por mim, para facilitar o aprendizado na alfabetização.

Considero como um grande ganho a utilização de recursos como letras móveis, de quebra-cabeça, quadrinho mágico (em que se pode apagar a escrita ou o desenho, com uma tecla), massinha de modelar, canetinha para estimular à escrita e a coordenação motora. Outra técnica por mim utilizada foi a confecção de um alfabetário no qual, a partir de palavras familiares ao educando, atraía seu foco para a concentração e interesse pela atividade, na qual íamos colando palavras a partir das letras iniciais do alfabeto. Também em minhas práticas alfabetizadoras confeccionei um bloco com figuras e palavras relacionadas, números em forma de quebra-cabeça para estimular o raciocínio lógico. Enfim, com objetivos pedagógicos, mas a partir da ludicidade, procurei tornar prazeroso o espaço educativo.

Retomo como exemplo de pesquisa que muito contribui para uma prática refletida sobre a inclusão, o trabalho de LOPES, Ana Elisabete (“Ato Fotográfico de Inclusão: Análise dos resultados de uma Pesquisa de Intervenção”). Associada à discussão de um espaço de ensino com estratégias de trabalho coletivo, com a mediação do professor e o uso de recursos diferentes do convencional, a autora, descreveu uma investigação numa oficina de fotografia onde a linguagem fotográfica foi o principal viés de mediação dos processos de construção do conhecimento, da interação, de produção artística e constituição de subjetividade.

Constatei o aumento do interesse de pesquisadores pelo desenvolvimento de estratégias adaptadas às necessidades de alunos com paralisia cerebral e também para adultos moradores de centros especializados, fundamentados em Vygotsky, Leontiev e Piaget. O estudo realizado por Braccialli, Manzinie e Regahan (2004) verificou a contribuição de um programa de jogos e brincadeiras adaptadas para o desenvolvimento de alunos com deficiência que, por meio de filmagens, pôde identificar variáveis importantes para o desenvolvimento global dos alunos.

Um projeto pedagógico com computador foi desenvolvido por Galvão Filho (2005), que conduziu a um estudo de caso, envolvendo quatro jovens com PC, fazendo uso das tecnologias da informação e comunicação, como o uso da internet, email e construção de home page .

Percebo que trabalhos realizados dentro de uma perspectiva de projetos possam contribuir para a aprendizagem e formação dos alunos, na medida em que possibilitam uma maior mobilidade diante das situações propostas, permitindo que os alunos desde o seu planejamento até a sua execução levantem hipóteses, investiguem e registrem suas descobertas.

**5 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DA INCLUSÃO ESCOLAR E SOCIAL**

Dificilmente alguém sequer imagina que poderá ter filhos com problemas de saúde, pois sempre se deseja que nasçam sadios. Por este motivo, a família após superar este momento inicial impactante diante da nova realidade na qual está sendo inserida, precisa ser o principal ponto de apoio a este novo ser que depende muito dos estímulos familiares, para superar seus desafios cotidianos.

Encontramos profissionais, sobretudo na educação, que percebem as crianças com necessidades especiais apenas como dependentes permanentes e que necessitam atenção constante dos responsáveis. Isso é bem verdadeiro, contudo, este é um olhar periférico que não contempla a totalidade que é o ser humano em suas potencialidades. Faço minhas as palavras da autora Neusa Maria, mãe de uma jovem com microcefalia, que em seu livro PARALISIA CEREBRAL ESTA DOR NÃO ME VENCEU, ressalta que existem outros tipos de deficiência que não vemos e nem queremos enxergar em uma criança dita “normal”. Diz ela:

Deficiências que não vemos e atacam nossos filhos, mas que só as percebemos quando eles crescem. Basta olharmos o imenso número de jovens que se drogam, que são deprimidos e revoltados. Quando questionamos o porquê, suas respostas são sempre as mesmas:”Em minha casa não há amor, nem diálogo, meus pais nunca estão presentes, não tenho com quem partilhar meus problemas e dúvidas”. Esta também é uma deficiência séria, talvez, pior que a física. Futuramente, eles não terão nada a dar, uma vez que nada receberam.

As crianças com necessidades especiais, as de paralisia cerebral, por exemplo, como foi o caso do meu irmão, podem encher o coração daqueles a sua volta, de alegria e esperança, conforme vão superando limites. Seu desenvolvimento é o reconhecimento das lutas e da perseverança que alcançam as vitórias, refletindo no crescimento pessoal de todos os envolvidos em um sentimento impagável de contentamento e de dever cumprido.

A família tem papel fundamental na parceria com a escola no objetivo de impulsionar o desenvolvimento da criança. Estar presente, acompanhar, incentivar e estar atento às leis que beneficiam e podem trazer novas perspectivas de desenvolvimento para esta pessoa tão especial e única, que tem os mesmos direitos ao acesso cultural, educativo e social. O diálogo entre a escola e a família possibilita ao educando especial usufruir de programas que estimulam a aprendizagem. O AEE[[2]](#footnote-3), por exemplo, que é um atendimento especializado, é oferecido no contra turno escolar e visa trabalhar mais especificamente com essas questões pedagógicas. Não é tarefa simples nem fácil e exige da família desprendimento e tempo para acompanhar a criança. Contudo, todo esforço vale a pena para a aquisição de novos saberes e as lutas fazem parte da rotina dos familiares de pessoas com necessidades especiais.

Entendo como sendo muito necessário o acolhimento a esta família, percebendo, nesta relação família/escola, uma troca de experiências em que ambas as partes obtém ganhos significativos para a vida. Quando uma criança especial é integrada e bem recebida, caem por terra, tabus e preconceitos. A diferença começa a fazer parte da realidade do grupo, o qual compreende a inclusão sob outra ótica. Constrói-se uma nova concepção que permite, especialmente para as outras crianças, o desenvolvimento de olhar mais naturalizado e igualitário no convívio com outro.

**5.1. DESAFIOS DO PROFESSOR**

Para Machado (2011), a formação do professor para uma escola inclusiva deve:

a) Romper com a ideia de que o aluno é a fonte do fracasso, traduzido por soluções paliativas como adaptação do currículo por meio da simplificação da tarefa, redução de conteúdos e avaliações diferenciadas;

b) Romper com a força homogeneizadora dentro da escola que valoriza somente os alunos que atendem às expectativas do ensino tradicional;

c) Celebrar as diferenças, entendendo que ela não é restrita a um determinado grupo de alunos, mas a todos os alunos;

d) Ter o compromisso de mudanças na prática pedagógica, pois não é mais possível investir em formação sem esse compromisso.

O pensamento de Rodrigues (2006) complementa que a formação do professor deve contemplar as dimensões dos saberes, das competências e das atitudes. Desta forma, a dimensão saberes, relacionada à Educação Inclusiva, envolve o conhecimento das características de desenvolvimento e de aprendizagem de alunos com condições específicas.

A dimensão competência relaciona-se com o “saber fazer” que é o conhecimento específico do professor para conduzir com sucesso, processos de intervenção em contextos diversos, incluindo avaliação e planejamento e a dimensão das atitudes positivas frente à possibilidade de progresso dos educandos. Ainda, segundo este autor, a formação inicial, durante muito tempo, foi entendida como “necessária e suficiente”. Hoje, objetiva-se um envolvimento em processos de formação contínuos, que conduzam o professor a tornar-se mais capacitado a solucionar os problemas com os quais se defronta no seu dia-a-dia.

Com os pressupostos da Declaração de Salamanca que começaram a vigorar no Brasil, através da nova lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), as escolas regulares, além dos alunos e alunas considerados “normais”, passaram a receber também aqueles com algum tipo de deficiência.

Percebemos que as disciplinas de Educação Especial oferecidas nos cursos de Licenciatura são bastante teóricas, não contemplando a prática, distanciando os conceitos da realidade do ambiente escolar. Por esta razão, Moreira (2006) afirma que nossas universidades ainda carecem de uma formação que viva a inclusão, que ultrapasse os parâmetros curriculares, segundo os quais são necessárias apenas uma ou duas disciplinas na área da educação especial, para que professores sejam aptos a atuar junto ao alunado com necessidades específicas. Nesta perspectiva, os educadores encontram muitas dificuldades, visto que a inclusão é fato novo, inquieta, sobretudo, em relação ao que ensinar e como ensinar a esses alunos, de maneira a promover o avanço na aquisição de novos saberes e em todo o processo educativo.

Em busca de auxilio, esses profissionais podem e devem recorrer às pesquisas, grupos de estudos, estratégias e adaptações curriculares, dialogando com pressupostos teóricos baseados nas teorias construtivistas de Jean Piaget e sócio-histórica de Vygotsky, que enfatizam as relações sociais e a interação homem-objeto, mediados por sistemas simbólicos.

Os próprios professores concordam que as dificuldades em lidar com essa nova realidade são muitas, entre elas, a eficácia da metodologia aplicada, a falta de recursos e infraestrutura; as péssimas condições de trabalho; as jornadas de trabalho excessivas; e o número elevado de alunos por sala de aula. Ao lado dessas questões ainda há a falta de acessibilidade, como rampas e banheiros adaptados, e também no caso da paralisia cerebral, muitos alunos não conseguem sentar-se normalmente necessitando de uma carteira adaptada para que possam escrever ou desenhar.

Neste contexto é muito difícil para o professor dar conta de todas as especificidades, acarretando ao próprio profissional da educação, uma sobrecarga que poderá levá-lo ao desgaste físico e emocional. Neste sentido, a aprovação da Lei 3688/2000, que prevê assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de educação básica, é um suporte, pois as equipes multiprofissionais são capazes de atuar tecnicamente na mediação das relações sociais e institucionais, desenvolvendo ações voltadas para a melhor qualidade do processo de ensino-aprendizado, com a participação da comunidade escolar. Essas parcerias auxiliam e aliviam a responsabilidade dos professores na promoção de um trabalho mais adequado que busque atender às demandas da clientela escolar.

* 1. **PROJETO “DÊ AMOR A UMA CRIANÇA ESPECIAL”**

“Temos o direito de sermos iguais quando as diferenças nos inferioriza. Temos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.”

Boaventura de Sousa Santos

 Fazer passeios culturais, ir ao shopping, à praia, enfim, ter vida social, fazer amigos, parecem atividades tão comuns, porém tão complexas para os “diferentes”.

 Vejo o quanto é relevante a música, a dança, as brincadeiras, os jogos. Como qualquer indivíduo, estas atividades trazem prazer e permitem ao paralisado cerebral interagir de forma a responder a estes estímulos com grande interesse e alegria.

 Participei no ano de 20013, através de convite feito por minha vizinha e idealizadora de um projeto independente e sem fins lucrativos, intitulado “Dê amor a uma criança especial”, que contempla não só crianças, concebido por uma mãe que não se deixou abater pelos desafios advindos com o nascimento de sua filha e, decidiu enfrentar as situações adversas. Ao sair de si mesma, para ajudar sua filha, ela acaba ajudando a muitas famílias a descobrirem um meio de proporcionar mais qualidade de vida a seus filhos com deficiência.

 O projeto promove momentos de lazer, com passeios culturais a teatros, cinemas, pontos turísticos. Há pouco tempo, aconteceu no espaço cultural “Casa da Ciência”, em Botafogo, no Rio de Janeiro, a exposição “Além do olhar”, tendo como curadora, a mentora do projeto. Fotos tiradas pelo francês, Koby Boafo, retratam mães e filhos especiais, em momentos de ternura, em um cotidiano de amor e cumplicidade entre pessoas que se compreendem, independente das limitações. O evento deve percorrer o mundo.

 Ente projeto tem por princípio tirar as pessoas deficientes e seus familiares de casa. É do conhecimento de toda a sociedade, a dificuldade que temos de nos locomover e quão sofridas são as nossas tentativas de diversão, por conta da falta do desenho universal, que facilita o deslocamento de qualquer pessoa com necessidades especiais. Também ainda é possível reconhecer nas próprias famílias, o sentimento de vergonha em expôr seus entes ao convívio social. Sentem a força do constrangimento, ao se depararem com olhares curiosos e preconceituosos e acabam privando as crianças ou jovens especiais de momentos de diversão.

 Além das atividades externas, pude adentrar um pouco no modo de aprendizagem de dois jovens com PC: Um era meu irmão e a outra, uma moça muito atenta ao que lhe era interessante. Desta forma, procurei contribuir com meus conhecimentos teóricos e práticos, visando promover atividades educativas e estimular a autoestima, pela percepção de sua importância no mundo ao qual estão inseridos. A dança que faziam no espaço do projeto, também colaborou bastante para a valorização dessas vidas.

 O período em que compartilhei desse convívio foi muito rico e a troca de experiências confirmou em mim o desejo de trabalhar para tornar melhor as relações humanas. Entendi que não são necessários grandes feitos, mas ações realizadas com afeto.

**6 A (AUTO) BIOGRAFIA: VIVENDO PARA MODIFICAR**

 Optei pela metodologia da (auto)biografia pelo fato de acreditar ser um potencial na formação e método de conhecimento. A abordagem autobiográfica sendo uma forma de investigação procura localizar elementos significativos para os sujeitos envolvidos neste processo dialógico da construção do conhecimento. É um valioso instrumento de produção de autoconhecimento. Por esta prática autobiográfica é possível fazer uma reflexão sobre a própria trajetória de vida em que o autor se permite vivenciar novamente as experiências esquecidas e deixadas no passado, tornando possível uma releitura dos acontecimentos analisando-os e resignificando-os.

 A escrita da narrativa exige um esforço na construção das escritas e permite ao sujeito passar por uma reorganização de ideias em que o fato de trazer a tona emoções, pensamentos e sentimentos, faz com que ele entre no processo de conhecimento para a própria formação.

 Após me deparar com alguns trabalhos acadêmicos em que foram citados vários autores que defendem este tipo de escrita (auto) biográfica, compreendi a importância dessa metodologia por mim adotada para a questão da afetividade relacionada neste campo da formação de educadores, especialmente ao que tange a educação de pessoas com necessidades especiais. Ao entrar em contato com as memórias, é potencializada a subjetividade como uma ideia de investigação e formação como uma maneira de elaborar estratégias que permitam ao educador tomar consciência de suas responsabilidades pelo processo de sua formação, através da apropriação retrospectiva de seu percurso de vida.

 Nesta pesquisa, a história de vida rememorada permite questionar os sentidos das vivências e aprendizagens e desta forma, a escrita da narrativa torna oportuno aos professores em formação, falar, ouvir, ler e escrever sobre suas experiências formadoras abrindo possibilidades sobre a formação através dos acontecimentos vividos.

 Dessa forma, concordo e destaco o pensamento de Nóvoa e Finger (1988, p.116):

as histórias de vida e método (auto) biográfico integram-se no movimento atual que procura repensar as questões da formação, acentuando a ideia que ninguém forma ninguém e que a formação é inevitavelmente um trabalho de reflexão sobre os percursos da vida.

.

**7 “DEFICIENCIAS” – POEMA DE RENATA VILELA**

DEFICIÊNCIAS

“Deficiente é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive; sem ter consciência de que é dono do seu destino.

Louco é quem não procura ser feliz com o que possui.

Cego é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria. E só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

Surdo é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

Mudo é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

Paralítico é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

Diabético é quem não consegue ser doce.

Anão é quem não sabe deixar o amor crescer.

E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois, miseráveis são todos os que não conseguem falar com Deus.

A amizade é o amor que nunca morre.”

**RENATA VILELA**

**8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Estes estudos destacam a importância da mediação no processo de alfabetização de todos, principalmente dos que têm necessidades especiais. Compreender o processo de mediação, a partir do uso de instrumentos e signos, como uma característica da relação entre indivíduos e deles com o mundo, é essencial.

De fato, o processo de desenvolvimento dos alunos com deficiência não ocorre da mesma forma dos alunos sem deficiência, e isso se agrava porque o olhar do outro, nem sempre lhes confere a possibilidade para aprender e se desenvolver. Ainda reduzimos as pessoas com deficiência à sua condição orgânico-estática.

Percebi que se eu olhar para o meu aluno, pensando que será sempre dependente e incapaz, realmente será difícil e doloroso e estarei paralisando o movimento de ajudá-lo, criando oportunidades de crescimento, entretanto, se sinto prazer na sua companhia, vibrando com cada conquista, a sensação é maravilhosa! Porém para que isso aconteça, é preciso trabalhar e dar tempo para que essas vitórias apareçam.

Mônica Vetsch, em palestra realizada para o curso de Pedagogia, nos ensina que: “A inclusão é uma oportunidade de estar no processo. Fazer o trabalho pedagógico com respeito ao sujeito que tem dentro da pessoa com necessidades especiais.” (Mônica Vetsch, 2003, “informação verbal”).

Concordando com a autora, entendo a proposta da inclusão como humana e ética e acredito serem incontestáveis os benefícios para os alunos com deficiências nas classes regulares. Contudo, percebo que há ainda um longo caminho a ser percorrido, porque uma verdadeira inclusão passa por adequações arquitetônicas, formação continuada para professores e todo o corpo escolar, além de suporte e orientação para os familiares. É uma luta, somada a tantas outras ocorridas na expectativa do reconhecimento das igualdades dos direitos para todos os seres humanos, independente de suas condições físicas ou financeiras, de cor, de raça ou credo. Não percebo a inclusão como utopia, embora sua proposta atualmente esteja muito aquém da realidade, todavia é mais um passo garantido neste ponto de partida rumo à inserção de práticas cada vez mais voltadas para a contemplação das diferenças, rompendo com visões estigmatizadas e esteriotipadas de um currículo oculto que premia a poucos, por valorizar conteúdos que privilegiam uma minoria hegemônica.

Com este trabalho, priorizei a busca do olhar sensível do educador em relação ao seu aluno com deficiência, que promova o crescimento da motivação e da autoestima, encontrando caminhos, independentemente das condições consideradas ideais ou adversas, postura ética que o leve a contribuir para a aprendizagem da leitura e escrita, pela construção de novas interações, mediadas pela afetividade. Esse é um caminho possível para alcançarmos inclusão escolar e social da pessoa com paralisia cerebral e, certamente, das demais necessidades especiais e diferentes subjetividades.

**REFERÊNCIAS**

BRACCIALLI, Lígia Maria Presumido; MANZINI, Eduardo José; REGANHAN, Walkiria Gonçalves. Contribuição de um programa de jogos e brincadeiras adaptados para a estimulação de habilidades motoras em alunos com deficiência física. Educação Especial, São Paulo, n. 15.

BRASIL, Lei nº 10.172,9 de janeiro de 2001.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 5.692de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Lei Nº 7.853, de 24 de outubro, de 1989.

DEFICIÊNCIAS. In: ESCOLA FLOR AMARELA. Disponível em: <http://www.floramarela.org.br/secao.12,sm.11.aspx>. Acesso em: 19 dez. 2015.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 12. Ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 32.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987.

GALVÃO FILHO, T. A. O desenvolvimento de projetos pedagógicos em ambiente computacional e temático com alunos com paralisia cerebral. **Anais da 28ª. Reunião Anual da ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, Caxambu-Minas Gerais: ANPED, 2005.

LEONTIEV,A.N. Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem. São Paulo, Moraes,1991.

LOPES, A.E. **Olhares compartilhados**: o ato fotográfico como experiência alteritária e dialógica. 2005. 210 f. Tese (Doutorado em Psicologia)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MACHADO, R. Formação de professores. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília, v.6, n. 1, p. 4-7, jan./jun. 2011.

MOREIRA, L. C. Formação Inicial em cursos de licenciatura com Bases Inclusivas: Sinalizações e reflexões na perspectiva de alunos com necessidades educacionais especiais. In: VI SEMINÁRIO DA ANPED SUL, 2006, Santa Maria. In: Anais eletrônicos... Santa Maria: UFSM, 2006..

NEUSA MARIA. Filhos especiais para pessoas especiais: o milagre do dia-a-dia. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2010. (Coleção vida assistida).

NEUSA MARIA. Paralisia cerebral: esta dor não me venceu. São Paulo: Paulinas, 2001. (Coleção Fé e Vida).

NÓVOA, Antônio; FINGER, Mathias. O método (auto) biográfico e a formação. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988.

PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1971, 146 p.

**REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 2007.**

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas da educação inclusiva. In: Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. p. 299- 321.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VETSCH, Mônica. Palestra ministrada na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2013

VYGOSTKY, L. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

1. Paralisia cerebral [↑](#footnote-ref-2)
2. AEE –Atendimento educacional especializado. [↑](#footnote-ref-3)